

Editorial

PERCALÇOS
DO FIES

Desde algum tempo, no novo governo da presidente Dilma Rousseff, o Fies entrou em crise, com dificuldades no ingresso e na renovação dos contratos, atribuídas ao sistema de informação, que pegaram de surpresa o alunado.

Teve universidade que cancelou o Fies por causa das dificuldades de novas adesões. O prazo de ingresso terminou no dia 30 de abril, com 250 mil novos contratos – meta que não será expandida por decisão do MEC.

A alegação é que os recursos orçamentários se esgotaram por conta do ajuste fiscal, que neste ano cortou da educação cerca de R\$ 7,42 bilhões. Com isso, cerca de 250 mil estudantes não terão meios de continuar a graduação.

As universidades privadas informam que se prepararam para receber 500 mil novos alunos neste semestre. Com o corte de recursos, elas também terão de se ajustar, já que grande parte dos alunos depende dos recursos provenientes do Fies.

Por meio de uma ação civil pública, a Justiça Federal prorrogou, por tempo indeterminado, a adesão para novos contratos. No entanto, o site do MEC permanece fechado, enquanto a pasta informa que vai recorrer da decisão.

O que permanece valendo ainda é o prazo para renovação de contratos, que vai até 29 deste mês. Findo este, o MEC já anuncia que o Fies vai mudar, deixando de receber os pedidos de adesão pela ordem, como foi até agora.

Criado no governo FHC e ampliado no governo Lula, o Fies deu um alento à classe C, cujos filhos puderam realizar o sonho de ingressar na universidade, melhorando exponencialmente suas expectativas de vida.

O ensino não é de graça, já que o aluno paga por ele depois de graduado. Graças ao programa, em muitas universidades, a maioria das turmas é formada por alunos financiados pelo Fies. O seu sucesso é indubitável.

Ajustes devem ser feitos quando necessários. Porém, os realizados por razões econômicas são excludentes e não deveriam ser mascarados por artifícios que geram desconfiança. O melhor tratamento é a transparência.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães

GERENTE COMERCIAL
Alessandra Soares

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Walmir Prado

GERENTE DE MARKETING
Monique Araki

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida
Economia: Karlon Aredes
Magazine: Silvana Mascagna
Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla
Esportes: Denner Taylor
Cidades: Marina Schettini
Primeira: Frederico Duboc
Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke



DUKE

www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

Usurparam do povo brasileiro
os direitos de saber e de escolher

Rotulagem dos transgênicos assegura o que estamos comprando

Abril passado sinaliza perdas de direitos arduamente conquistados no Brasil. A impressão é que uma trupe da maldade, da qual o povo é refém, se aboletou na Câmara dos Deputados e de lá toca terror.

Primeiramente, foi aprovado em 22.4.2015 o PL 4.330, de Sandro Mabel (PMDB-GO), que amplia a terceirização e aprofunda a precarização do trabalho – configurando derrota dos direitos trabalhistas. No Senado, nem dá para atinar o que ocorrerá!

Em 28 de maio passado, foi aprovado “o PL 4.148/2008, de Luís Carlos Heinze (PP-RS), que acaba com a exigência do símbolo da transgenia nos rótulos dos produtos com organismos geneticamente modificados (OGM)”.

O citado PL tem fortes possibilidades de aprovação no Senado. Diferentemente das terceirizações, não há uma mobilização popular capaz de acuar senadores. O povo não tem domínio do que é um alimento transgênico e nunca tivemos um governo consciente o bastante para informá-lo. O governo Lula “adotou” os transgênicos sem chiar.

A aprovação do PL 4.148/2008 usurpa os direitos de saber e de escolher – não é apenas uma imoralidade, mas um crime contra os direitos do consumidor! Sou uma militante contra os transgênicos há muitos anos, focada nas questões de biossegurança.

Os transgênicos são obtidos por uma biotecnologia denominada transgênese ou transgenia – manipulação genética que rompe as fronteiras entre as espécies: adição de um gene estrangeiro (animal ou vegetal) ao genoma

(conjunto dos genes de uma espécie) de um ser vivo qualquer, animal ou vegetal.

Os impactos dos transgênicos no meio ambiente e na saúde humana ainda são uma incógnita. Faltam pesquisas que provem se são “do bem” ou “do mal”. Fiquemos alertas, pois, como os cientistas estão divididos em pró e contra os transgênicos, nós, as pessoas comuns, devemos ter medo. Não é possível ter segurança sobre o que nem cientistas sabem!

Escrevi o primeiro livro de popularização da ciência sobre engenharia gené-

O povo não tem domínio do que é um alimento transgênico e nunca tivemos um governo consciente o bastante para informá-lo

tica publicado no Brasil, “Engenharia Genética: o sétimo dia da criação” (Moderna, 1995). Sou autora também do “Transgênicos: o direito de saber e a liberdade de escolher” (Mazza Edições, 2000). Em ambos mostro que as manipulações genéticas são importantes e contém potencial de impacto na vida cotidiana tão grande e profundo que é um direito e um dever todo mundo ter acesso a um mínimo de alfabetização tecnocientífica no assunto, pelo menos o bastante para ouvir ou ler uma notícia e saber do que se trata.

Até hoje, o que escrevi em “Transgênicos: o direito de saber e a liberdade de escolher” não foi superado científica-

mente – o que é paradoxal em biociências, que evoluem tanto, porém não há pesquisas sobre a biossegurança dos transgênicos. As empresas de biotecnologias e o agronegócio enrolaram o mundo, dizendo que os transgênicos não fazem mal à saúde sem fazer pesquisas que balizem a afirmativa.

E, agora, os “vendilhões da pátria” buscam solapar o direito à informação. É infâmia demais! A rotulagem dos transgênicos assegura sabermos o que estamos comprando e se desejamos comer aquele alimento, mas não garante nem substitui questões pertinentes à segurança alimentar.

Repito: “é tendo em conta a ignorância da ciência que não podemos permitir que os transgênicos passem a fazer parte de nossa alimentação tal como os produtos alimentícios da natureza, sob pena de que talvez nem sequer tenhamos tempo para maldizer o amanhã”.

